



8M - Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras

Continuamos avançando e defendendo nossas conquistas 🇺🇸

Resistimos para transformar o sistema que oprime a vida das mulheres trabalhadoras.

Neste 8 de março, Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras, a CSA e seu Comitê de Mulheres Trabalhadoras das Américas (CMTA) desejam prestar homenagem à nossa querida companheira Nalú Farías, ativista feminista da Marcha Mundial das Mulheres e membro da Sempreviva Organização Feminista (SOF), símbolo de resistência e luta, que em 2023 nos deixou fisicamente. Seu trabalho e legado perduram vigorosamente para a conquista dos direitos das mulheres trabalhadoras e continua a promover e fortalecer a agenda feminista do sindicalismo em nossa região.

A nossa querida Nalú tem sido uma presença constante ao longo de todos os nossos processos para um sindicalismo com perspectiva de gênero, esteve presente nos nossos processos de formação e na construção de documentos fundamentais para o sindicalismo das Américas, como as Conferências de Mulheres da CSA e a Plataforma para o Desenvolvimento das Américas (PLADA), onde contribuiu com a sua visão perspicaz sobre as estratégias para a construção de um feminismo popular complementando a luta das mulheres sindicalistas da região.

Nestes tempos, em que nossas conquistas, direitos humanos e autonomia sobre nossos corpos e territórios estão em risco, é importante trazer à memória a história de lutas incansáveis das mulheres ao longo do tempo, tanto no movimento feminista quanto no movimento sindical. Nós, mulheres trabalhadoras, conquistamos espaços dentro dos sindicatos, espaços que eram puramente masculinizados, onde as mulheres souberam se fortalecer e organizar para fazer valer os seus direitos, promovendo a transformação das estruturas, da estratégia e da cultura das organizações. Desde o início, esta luta encontrou muita resistência por parte de patrões e companheiros que viam - e em muitos casos ainda veem - as mulheres como uma ameaça ao emprego masculino e às suas posições no mundo do trabalho e no mundo sindical.

Lembramos também da luta das mulheres pela abolição da escravidão, a conquista dos nossos direitos à autonomia física (direitos sexuais e reprodutivos) que continua em constante disputa e com importantes retrocessos em muitos países da região, onde o acesso a uma educação sexual integral é minado.

No atual contexto de recessão econômica, muitas autoridades têm utilizado táticas repressivas para silenciar as vozes das mulheres trabalhadoras, ativistas, ambientalistas, migrantes e indígenas, afrodescendentes, lésbicas, bissexuais e trans, criminalizando as protestas públicas, tanto de sindicatos como de grupos da sociedade civil, que procuram defender os seus direitos sociais, trabalhistas, sindicais e ambientais. A participação ativa das



mulheres na vida democrática é essencial para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. No entanto, apesar dos progressos registados, existem ainda barreiras que limitam o pleno exercício dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Nós nos manifestamos em contra as empresas transnacionais, os governos e as instituições que são cúmplices da mercantilização da natureza, das guerras, das desigualdades e das políticas migratórias que discriminam e limitam o acesso das mulheres e das meninas à terra, aos cuidados de saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Há uma forte desestruturação do atual mundo do trabalho, que gera insegurança no emprego e aumento das condições de informalidade que recai principalmente sobre as mulheres e a diversidade trabalhadora.

A democracia é um pilar fundamental para garantir os direitos das mulheres trabalhadoras, uma vez que proporciona um marco jurídico e político no qual podem efetivamente se defender e promover os seus direitos.

Estamos angustiadas com os números alarmantes de feminicídios (4.473¹), transfeminicídios e a violência de género. Por isso, as mulheres e a diversidade trabalhadora marcham e lutam contra o sistema capitalista e patriarcal. Defendemos espaços livres de violência e assédio nas esferas social, laboral e sindical e contra todas as opressões. Reivindicamos as ruas e os espaços públicos como espaços de ação política e de organização coletiva de todas as mulheres e a diversidade trabalhadora.

São necessárias mudanças estruturais, económicas e institucionais para acabar com a feminização da pobreza e para construir novas estratégias de desenvolvimento baseadas nos direitos humanos e centradas em empregos dignos e na proteção das pessoas e do ambiente. Para isso, são necessárias instituições fortes e democráticas com políticas de equidade e igualdade de género, pelas quais as mulheres alcancem posições de liderança e estejam presentes na formulação de estratégias e na tomada de decisões.

A CSA se une ao chamado da Confederação Sindical Internacional (CSI) e dos Sindicatos Globais aos governos para que envolvam os Sindicatos nos diálogos sociais a fim de garantir salários justos para toda a população trabalhadora, independentemente do género, salários iguais para homens e mulheres por trabalho igual valor, melhores condições de trabalho com atenção especial aos setores feminizados, abordando a discriminação interseccional baseada em classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de género, povos indígenas e situação migratoria ou de deficiência, para acabar com a segregação ocupacional de mulheres, diversidades e outros grupos mais vulneráveis, e para garantir o direito fundamental de todas as pessoas de trabalhar em condições decentes.

Lembrando a história

¹ "Em 2021, pelo menos 4.473 mulheres foram vítimas de femicídio ou feminicídio em 29 países e territórios da região". Informação obtida do Boletim da CEPAL nº 1 "Violência feticida em números. América Latina e Caribe", novembro de 2022.



POR LA DEMOCRACIA CONFEDERACIÓN SINDICAL INTERNACIONAL
con los derechos de las mujeres

8M é uma data que comemora marcos importantes da história para visualizar a desigualdade entre homens e mulheres. Lembramos da Greve das Trabalhadoras Têxteis de Nova York, em 8 de março de 1857, na qual a maioria dos trabalhadores da indústria têxtil da época eram mulheres e puderam se organizar e marchar quando identificaram as exigentes jornadas de trabalho de mais de 12 horas por dia por salários inadequados e desiguais em comparação com seus colegas, além das más condições de trabalho. Também a Greve de 1908, em que cerca de 40.000 costureiras de grandes fábricas industriais dos Estados Unidos entraram em greve para exigir direitos iguais, menos horas de trabalho, o direito de se filiar a sindicatos e o fim da exploração de crianças. Esse ato teve um fim infeliz com a vida das trabalhadoras quando a fábrica onde a greve foi declarada (Cotton Textile Factory em Nova York) pegou fogo, trancando-as na fábrica onde estavam fazendo a greve.

Dois anos após esse assassinato brutal, a ativista alemã Clara Zetkin solicitou à Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague que aprovasse a celebração do Dia da Mulher Trabalhadora em 8 de março. Esse dia foi comemorado pela primeira vez em 8 de março de 1911.

113 anos após o primeiro 8M, marchamos por todas as mulheres trabalhadoras que lutaram por seus direitos, por salários dignos e iguais para trabalhos de igual valor, que lutaram para se sindicalizar e afirmar o direito de greve, para ocupar espaços nos comitês de gestão e nas negociações coletivas e para tornar visível o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado e remunerado. Estamos avançando e defendendo nossas conquistas, em memória das mulheres que não estão mais entre nós e das que estão por vir.

#8M2024

#CMTA-CSA

Links úteis:

[O sindicalismo das Américas presta homenagem ao legado da companheira NALÚ FARIA](#)

[Declaração sobre os feminicídios nas Américas](#)

[25 de novembro: Até erradicar a violência de gênero no mundo do trabalho](#)